

15 MAI 2018

## O ESTADO DE S. PAULO

# STF reforça segurança de Fachin e reduz agentes em SP e no Rio

Relator da Lava Jato terá à disposição, no Paraná, onde reside, efetivo de 7 homens; ministro relatou ameaças a familiares

**Felipe Frazão** / BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal cortou à metade, nos últimos dois anos, a quantidade de seguranças pessoais à disposição dos ministros em São Paulo e no Rio, Estados nos quais pelo menos quatro integrantes da Corte têm residência. Atualmente, oito seguranças trabalham em São Paulo e há quatro no Rio. Os valores dos contratos também foram reduzidos proporcionalmente ao corte de agentes, ocorridos em 2016 e 2017.

No Paraná, onde reside o relator da Lava Jato, Edson Fachin, o Supremo reforçou o número

de agentes duas vezes. Em julho do ano passado, o efetivo passou de quatro para cinco homens. No início do mês passado, depois de o ministro relatar publicamente ameaças sofridas por sua família, a Corte ampliou para sete a quantidade de seguranças à disposição de Fachin no Estado.

O contrato da empresa que faz a segurança de Fachin vence no fim de junho. Por isso, a Corte promoverá novo pregão eletrônico na sexta-feira para fornecer guarda-costas pelos próximos 30 meses ao custo estimado de R\$ 1,6 milhão.

A previsão é de que



sejam mantidos os sete agentes no Paraná, conforme o edital. Eles se revezam em turnos ao longo do dia: dois pela manhã, dois à tarde e três à noite. Além de monitorarem a residência e arredores, fazendo rondas de surpresa, acompanham em escola Fachin e familiares em deslocamentos e eventos externos.

O Estado enviou ontem perguntas à assessoria de imprensa do STF, mas a Corte afirmou que não conseguiria responder até a conclusão desta edição. Em março, a reportagem havia questionado o Supremo sobre os critérios de alocação dos seguranças pessoais nos Estados e em Brasília, e também sobre o motivo da redução

no quadro de agentes terceirizados no Rio e em São Paulo, e o incremento no Paraná. Perguntou também se os seguranças ficam exclusivamente à disposição dos ministros e seus familiares, inclusive nas residências, e se eles dispõem de carros blindados. A Corte informou que todos os dados são reservados. "Todas as suas perguntas estão relacionadas com questões estratégicas de segurança, portanto é assunto reservado e não pode ser divulgado."

**Ameaças.** Em março, Fachin afirmou que seus familiares receberam ameaças, embora não tenha detalhado as circunstâncias, nem se estão relacionadas a algum caso da Lava Jato. A maior preocupação de Fachin era com a ausência de segurança institucional de sua mulher, a desembargadora Rosana Amara Girardi Fachin, do Tribunal de Justiça do Paraná. O casal tem duas filhas e dois netos.

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou que Fachin dispensou reforço de segurança e uma investigação da Polícia Federal. A PF ofereceu duas equipes: uma para abrir inquérito sobre as ameaças e outra de análise de risco, para garantir a integridade de pessoas que ocupam cargos elevados. Desde então, o diretor-geral da PF, Rogério Galloro,

fez reuniões para debater a segurança do magistrado com ele. Também esteve com a presidente do Supremo, Cármen Lúcia.

Atualmente, o tribunal gasta R\$ 24 milhões por ano com empresas de segurança privada – R\$ 12 milhões com guarda-costas armados dos 11 ministros e o restante com um contrato de vigilantes da sede em Brasília.

**CONTINUA**

15 MAI 2018

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

#### Tribunal negocia aquisição de coletes à prova de bala

Além de rever a quantidade de seguranças à disposição dos ministros e familiares, o Supremo Tribunal Federal negocia a compra de um lote de coletes à prova de bala para uso dissimulado, sob a roupa social. A Corte realizou pregão eletrônico na quarta-feira passada, mas não conseguiu concluir a aquisição porque os preços ofertados estavam acima do previsto em edital. Quatro empresas entraram na disputa. A Corte não conseguiu negociar a redução do valor com nenhuma delas, e a licitação foi cancelada.

Ao todo, seriam comprados 56 coletes balísticos para uso oculto – apenas um deles é modelo feminino. O valor total estimado é de R\$ 46 mil. Os custos unitários variam de R\$ 742,19 a R\$ 1.169,76. Os coletes devem ser resistentes a disparos de projéteis de arma de fogo calibre .44 e 9 mm, de alta velocidade.

O Estado questionou ontem a assessoria de imprensa do STF se uma nova tentativa de compra seria realizada e se os ministros poderiam fazer uso dos coletes. A Corte disse que não conseguiria responder até a conclusão desta edição. O edital do pregão não deixa claro quem seriam os usuários, mas faz referência à mobilidade de “agentes” vestidos com os coletes ocultos. / F.F.

# No país dos falsos dilemas

Está invertido o poder de mando na pseudodemocracia brasileira

**A** questão do foro especial é mais um dos falsos dilemas brasileiros. A discussão ingressa agora no tema “tira o foro de todo mundo ou não” e engastalha de saída na momentosa questão do “o que, tecnicamente, define uma súmula vinculante” que seria uma das maneiras de estender a derubada do privilégio para o Judiciário e demais caronas. Esperar que o Judiciário extinga um privilégio dele próprio é arriscar deixar a coisa rolar por mais 100 anos nesse vai não vai. A “via rápida” seria o Legislativo fazer uma lei que anule as diversas leis e quase leis que estenderam indevidamente a regalia. Como, porém, tanta gente lá tem o rabo preso nas garras do Judiciário a coisa não é tão simples. E ainda que passasse só como vingança é de esperar, a julgar pela “jurisprudência” mais recente, que o Judiciário desfaca o que o Legislativo fizer em idas e vindas sucessivas e o País continue parado esperando até que estejamos todos mortos...

Outro ponto a considerar é o vaticínio de Gilmar Mendes de que vamos nos arrepender de termos suspenso o foro especial amplo, geral e irrestrito ao menos para políticos. Diz ele, “conhecedor da nossa Justiça criminal que é”, que a impunidade vai ficar mais garantida pelo caminho certo do que estava pelo caminho errado. E o pior é que todo mundo sabe que ele tem razão.

Essa seria a “deixa” para levar a discussão para o que interessa, mas o Brasil que precisa disso ficou mudo depois que as es-

colas de jornalismo conseguiram estabelecer como dogma que o bom jornalista só “ouve fontes” e o exercício do raciocínio próprio para desafiar e inquiri-las, ainda que seja apenas confrontando-as com os fatos que exponham suas mentiras, seria uma violação do princípio da separação entre opinião e reportagem. O resultado é que “cobrir política” de forma “isenta” passou a significar amplificar o que dizem as fontes oficiais desde que justapondo o dito pela “situação” ao dito pela “oposição” lá do Brasil que manda, deixando o Brasil mandado absolutamente sem voz. É isso que explica por que denunciar e exigir o fim dos privilégios que “situação” e “oposição” gostosamente compartilham enquanto se alternam no poder tornou-se oficialmente “impopular” ou no mínimo “contrvertido” em todos os jornais e televisões do País, apesar de estarmos falando da causa primeira e última da sangria desatada de todos os bolsos miseráveis da Nação estrebuchante para recheiar com mais largueza, haja o que houver, os da ínfima minoria não meritocrática dentro da minoria dos mais ricos.

O ponto que interessa ao Brasil mandado é que o foro especial não é “causa” de nada, como dizem por aí, é apenas mais um efeito, ainda que este com poder multiplicador, do defeito essencial que responde por todas as nossas desgraças, que é **estar invertido o poder de mando** na relação entre representantes e representados da pseudodemocracia brasileira.

Se tivéssemos, como tem toda democracia de verdade, o direito de **demitir**, por iniciativa popular e a qualquer momento, políticos e funcionários indignos (*recall*) e recusar leis perversas vindas dos Legislativos (referendo), não só o foro especial jamais teria extrapolado a função de proteger a palavra e a ação de quem nós elegemos para falar e agir por nós para a qual foi criado, como também tais palavras e ações jamais se teriam desviado para a criação de uma clientela militante para servir-se do serviço público com o propósito exclusivo de reelegê-los em troca do compartilhamento de privilégios indecentes. Se fizéssemos, como faz toda democracia de verdade, eleições periódicas de retenção (ou não) dos juizes encarregados de nos entregar justiça, nós jamais teríamos de temer que levar os crimes comuns dos servidores do povo para a Justiça comum pudesse resultar em mais impunidade.

O problema do Brasil sempre foi e continua sendo um só, de uma obviedade mais ululante a cada dia que persiste no seu anacronismo medieval. Pois há 1/4 de milênio, já, que vem sendo confirmado e reconfirmado pelo **argumento indiscutível do resultado** que colhe toda e qualquer sociedade que se põe a salvo disso, que é uma lei da natureza que sempre que se concentra o poder está-se fornecendo um endereço ao bandido que dorme dentro de cada ser humano: “Trabalhar pra quê? Suborne aqui e tenha o seu problema resolvido”.)

## CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

15 MAI 2018

Por isso, em todo o mundo que funciona, a última palavra sobre cada medida que possa vir a afetar a vida da coletividade passou a ser da própria coletividade, convertida para efeitos práticos num eleitorado com poderes absolutos, mas distritalmente pulverizados, a única maneira de não fornecer endereços a bandidos nem fazer da emenda um desastre pior que o soneto deixando o país sujeito aos golpes e passa-moleques de ilegitimidade que vêm junto com outros sistemas de representação pouco transparentes.

As eleições distritais puras deixam absolutamente claro quem representa quem na relação país real x país oficial. Desconcentram radicalmente o poder e assentam o país sobre uma base ampla e sólida de legitimidade. E, ao mesmo tempo, garantem o controle fino que se requer dos representantes encarregados de operar a reforma permanente das instituições que o mundo implacavelmente dinâmico e competitivo de hoje exige, sem o corolário da imprevisibilidade da arbitrariedade do monarca da hora que impede o desenvolvimento baseado na inovação.

Não há como extinguir efeitos sem remover suas causas. O Brasil tem se alternado em variações de fórmulas autoritárias em que “iluminados” tratam de substituir-se ao povo para decidir o que é melhor para o povo e o resultado, salvo alguns soluços de marcha adiante, é uma sucessão de desastres. Mais radicais quanto mais radical for a dose de autoritarismo, mas desastres sempre. A escolha real que há é entre aderirmos, finalmente, ao sistema de governo do povo, pelo povo e para o povo, ou nos conformarmos em permanecer para sempre no século 18 pagando as carências e as doenças do século 18 como estamos hoje.

15 MAI 2018

# O ESTADO DE S. PAULO

## FÓRUM DO LEITOR

### Primado da justiça

Essa história, conforme Eros Grau, de que os juízes devem apenas “aplicar” a lei sem se preocupar em fazer justiça é, *data venia*, um grande desvirtuamento de sua missão, para não dizer covardia judiciária. Para mim, o “deus jurídico” Hans Kelsen equivocou-se nesse ponto. Quis ser original, “inovador”, quando veio com essa bobagem do “Direito Puro”. A se pensar assim, por que o Estado deveria gastar tanto construindo tribunais e remunerando juízes? Bastaria pôr as consultas no computador. O aparelho decidiria “puramente”. As leis podem ser deturpadas em sua tramitação. Talvez bem concebidas, mas parindo monstros. Juízes não podem ser robôs de carne, osso e pouco cérebro. Dou um exemplo. Décadas atrás uma moça bem de vida conheceu um espertalhão que após brevíssimo namoro lhe propôs casamento, em comunhão

de bens, como era o usual. Casou no civil, mas sumiu no dia da cerimônia religiosa. Traumatizada, a moça nem pensou em anular o casamento. Anos depois a lei mudou, permitindo o divórcio com base na não coabitação. Aí o noivo fujão a processo, pedindo o divórcio e metade dos bens. Perdeu na primeira instância, com fundamentos morais. Apelou, insistindo na vigência do casamento. Felizmente, o desembargador-relator do caso descobriu no Código Civil artigo dizendo que os bens do “casal” comprados com o trabalho só da mulher não se comunicavam e manteve a decisão contra o “marido”. Se não houvesse esse artigo em favor da mulher, o “marido virtual” deveria ficar com a metade dos bens? Pelo tal “Direito Puro”, sim, mas seria um grande disparate moral.

**FRANCISCO CESAR PINHEIRO RODRIGUES, desembargador aposentado do TJSP**

oripecc@terra.com.br  
São Paulo

## SÔNIA RACY

### Encontro

Criminalistas ficaram preocupados ao saber que **João Campos**, relator do novo Código de Processo Civil, se reuniu com **Luís Roberto Barroso**, do STF, segundo fontes ouvidas pela coluna.

O ministro ficou, em abril, de mandar pesquisa sobre o baixo índice de reversão de sentenças condenatórias em recursos ao STJ e STF.

### Pauta ou não?

**Marco Aurélio Mello** manifestou – a quem o procurou na semana passada – disposição em forçar o STF a discutir as ações que falam genericamente da prisão em segunda instância.

Mas, segundo apurou a coluna, o ministro ponderou que o desfecho da discussão não cabe só a ele.

### PRONTO, FALE!



**Silvio Costa**

Deputado federal (Avante-PE)

“Joaquim Barbosa nunca foi um outsider. Na verdade, ele estava offside (fora de jogo) por motivos pessoais”, sobre a saída do ex-ministro da disputa presidencial.

# O ESTADO DE S. PAULO

# Sérgio Moro

# condena 3º

# tesoureiro

# do PT

15 MAI 2018

Paulo Ferreira é sentenciado a 9 anos e 10 meses por lavagem e organização criminosa

O juiz federal Sérgio Moro condenou o ex-tesoureiro do PT Paulo Ferreira e outras 12 pessoas, incluindo empresários e operadores, na Operação Lava Jato. Ferreira foi sentenciado a 9 anos e 10 meses no regime inicial fechado por lavagem de dinheiro de R\$ 2,1 milhões e associação criminosa – a denúncia envolve o pagamento de R\$ 20 milhões em propinas relativas a contrato da Petrobrás.

Ferreira é o terceiro ex-tesoureiro do PT condenado na Lava Jato. João Vaccari Neto e Delúbio Soares já foram sentenciados por Moro por crimes como lavagem de dinheiro e formação de organização criminosa.

Em pouco mais de quatro anos, as investigações da Lava Jato reforçaram a percepção de que esquemas de corrupção tinham um caráter sistêmico na burocracia partidária do PT. O cargo de secretário de finanças é um dos mais importantes da cúpula petista. Delúbio também foi condenado a 6 anos e 8 meses de prisão por corrupção ativa no caso do mensalão.

Na ação penal em que condenou Ferreira, Moro diz ser “certo, por outro lado, que, conforme vários depoimentos, como de Paulo Roberto Costa, Ricardo Ribeiro Pessoa, Pedro José

Barusco Filho, Renato de Souza Duque, bem como conforme sentenças já prolatadas nas ações penais conexas, era João Vaccari Neto o representante do Partido dos Trabalhadores no esquema criminoso que vitimou a Petrobrás, cabendo a ele arrecadar a parcela de vantagem indevida acertada entre os agentes da Petrobrás e as empreiteiras, mesmo antes de ter assumido o cargo de secretário de finanças do Partido dos Trabalhadores”.

Moro também sentenciou o ex-diretor de Serviços da Petrobrás Renato Duque e o empreiteiro José Adelmário Pinheiro Filho, o Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS.

**Licitação.** De acordo com a denúncia, o Consórcio Novo Cenes, formado por OAS, Carioca Engenharia, Construbase, Construcap e Schahin, venceu licitação da Petrobrás – para ampliação do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenes) – “mediante ajuste fraudulento de licitação” e tendo pago “vantagem indevida a executivos Petrobrás e a agentes políticos”.

Segundo a força-tarefa da Lava Jato, “o montante da propina foi apontado como sendo de 2% do valor do contrato e aditivos”. Ferreira foi um dos beneficiários do esquema em nome do PT, conforme a denúncia.

## Reprovação

“A lavagem envolveu (...) transações sub-reptícias, depósitos em contas de pessoas interpostas, simulação de prestação de serviços, contratos e notas fiscais falsas. A lavagem de significativa quantidade de dinheiro merece reprovação a título de consequências.”

Sérgio Moro

JUIZ FEDERAL

O Ministério Público afirma que “foi oferecida vantagem indevida à empresa WTorre, que havia apresentado a melhor proposta na licitação, para que ela se afastasse do certame, o que propiciou a atribuição do contrato ao Consórcio Novo Cenes, segunda colocada” na disputa. A empresa nega.

O esquema seria intermediado por operadores que, conforme a Procuradoria, forneciam, “mediante expedientes fraudulentos, dinheiro em espécie às empreiteiras que o utilizavam para efetuar pagamentos a agentes públicos ou políticos”.

Ferreira se tornou réu em agosto de 2016, após ser denunciado na Operação Abismo, 31.ª etapa da Lava Jato. Na época, ele estava preso, alvo de uma outra operação da Polícia Federal, a Custo Brasil – investigação sobre suspeita de desvios de R\$ 102 milhões de empréstimos consignados envolvendo o Ministério do Planejamento.

Em fevereiro do ano passado, Moro mandou soltar o ex-tesoureiro do PT depois de reduzir sua fiança de R\$ 1 milhão para cerca de R\$ 200 mil.

**CONTINUA**

15 MAI 2018

## O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

**'Inocência'.** “A defesa de Paulo Ferreira, que responde em liberdade, reafirma sua inocência e vai recorrer”, disse o advogado Elias Mattar Assad. O advogado Antonio Augusto Figueiredo Basto, que defende Renato Duque, disse que não iria comentar a sentença.

Duque e Léo Pinheiro admitiram durante o processo fraudes no centro de pesquisa da Petrobrás. / RICARDO BRANDT, LUIZ VASSALLO, JULIA AFFONSO e FAUSTO MACEDO

15 MAI 2018

## O ESTADO DE S. PAULO

### Marielle: Justiça manda mudar ex-PM de prisão

O ex-PM Orlando de Araújo, apontado por uma testemunha como um dos mandantes da execução da vereadora Marielle Franco (PSOL), será transferido para um presídio federal de segurança máxima. A decisão é da 5.<sup>a</sup> Vara Criminal da Capital. Segundo a Justiça, ele deve continuar no presídio de Bangu 1, no Rio, até que seja determinado para qual unidade ele será transferido.

O advogado Renato Darlan, que defende Araújo, explicou que pediu a transferência porque seu cliente já sofreu uma tentativa de envenenamento e se encontra em greve de fome. Araújo nega participação no assassinato de Marielle.

Ontem, quando a morte da vereadora e de seu motorista, Anderson Gomes, completou dois meses, os pais dela, Marinete e Francisco Silva, participaram pela manhã de um ato em frente à Secretaria de Segurança. "O que ela fez de tão grave para ter uma morte assim? Qual ameaça fazia à sociedade? Que tipo de democracia é essa?", indagou a mãe. /**ROBERTA JANSEN e ROBERTA PENNAFORT**



15 MAI 2018

O ESTADO DE S. PAULO

# Petrobrás vai à Justiça contra oito bancos

Estatual tenta garantir que processo por cartel no mercado de câmbio não prescreva em julho

*Fernanda Nunes* / RIO

A Petrobrás entrou com uma notificação judicial, no dia 2 de maio, contra oito bancos com atuação no mercado brasileiro de câmbio - BBM, BNP Paribas Brasil, BTG Pactual, Bradesco (como representante dos bancos HSBC e Múltiplo), Itaú BBA (também como representante do Citibank), Santander (também como representante do ABM Amro Real), Fibra e Banco Société Générale Brasil. Com essa medida, tenta interromper a prescrição de processo que venceria em julho, no qual esse conjunto de instituições financeiras responde por suposta formação de cartel para manipular taxas em benefício próprio.

A notificação da Petrobrás está em fase de autuação no cartório da 30.<sup>a</sup> Vara Cível do Rio, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Na petição, além de procurar interromper a prescrição de um processo no qual a suposta formação de cartel já é questionada, a empresa pede que os bancos sejam comunicados dos seus questionamentos, para que, caso não cheguem a um acordo amigável, o caso continue sendo tratado pela Justiça.

Procurados, sete bancos e a estatal não se pronunciaram. O Itaú respondeu que “não participou de nenhuma atividade ilícita e, portanto, não gerou qualquer dano a terceiros”.

**Perdas.** A Petrobrás, assim como outras grandes empresas exportadoras, reclama dos prejuízos que podem ter sido causados se forem confirmadas as suspeitas de manipulação financeira. As denúncias são investigadas pelo Cade. Em um processo, de 2015, analisa operações cambiais no exterior (offshore) e, no outro, de 2016, transações realizadas no Brasil (onshore). Apenas no processo relativo às operações offshore, fechou cinco termos de compromisso de cessação (TCCs), que geraram multas de R\$ 183,5 milhões.

Na notificação, a estatal destaca que, segundo análise do Cade, “haveria fortes indícios de práticas anticompetitivas de fixação de preços e condições comerciais entre as instituições financeiras concorrentes”. Afirma ainda que, em tese, os bancos teriam se unido para fixar níveis de preços (spread cambial) e para dificultar a atuação de outros operadores no mercado de câmbio. Como consequência, se confirmadas as suspeitas, as condições e os preços pagos pelos clientes nas operações com dólar foram distorcidas para elevar os lucros dos bancos.

15 MAI 2018

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Advogada indenizará juíza em R\$ 20 mil por ofensas em petição

A imunidade conferida ao advogado para o pleno exercício de suas funções não possui caráter absoluto, não abrangendo violações de direitos da personalidade, notadamente da honra e da imagem de outras partes ou profissionais que atuem no processo.

Esse foi o entendimento aplicado pela 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ao manter acórdão que condenou uma advogada a pagar R\$ 20 mil de indenização por danos morais por

ofender em petições a juíza que conduzia o processo.

“No caso concreto, as instâncias ordinárias, soberanas na análise das circunstâncias fáticas da causa, decidiram pela procedência do pleito da autora, entendendo que a requerida extrapolou os limites do exercício da advocacia ao tecer comentários ofensivos e desnecessários à defesa dos interesses da parte representada, além de realizar acusações infundadas e desproporcionais contra a magistrada, imputando-lhe

falsamente as condutas criminosas de prevaricação e fraude processual, que não se comprovaram”, apontou o relator do recurso especial, ministro Villas Bôas Cueva.

De acordo com os autos, após o insucesso de bloqueio on-line em uma ação cautelar, a advogada teria, por meio de manifestação escrita, acusado a juíza do caso de prevaricação e de fraude processual, dirigindo-lhe acusações pessoais ofensivas.

## Defeito em carro dá direito a restituição, mas não a indenização

Por não resolver um defeito no prazo legal de 30 dias, a Ford terá que devolver a um cliente o valor pago pelo veículo. Porém, não deve indenizá-lo pelo ocorrido. A decisão é da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça.

O prazo para a correção do vício — sob pena de substituição do produto, restituição da quantia paga ou abatimento proporcional do preço — está previsto no artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor. Já

em relação ao dano moral, o colegiado entendeu que não foi comprovada ocorrência de fato extraordinário que pudesse configurar abalo moral indenizável.

No processo, o cliente alegou que adquiriu um veículo zero quilômetro por R\$ 55 mil. Segundo ele, logo após a compra, o carro apresentou ruídos estranhos e problemas na direção elétrica.

O consumidor disse ter sido orientado pela equipe técnica da concessionária a não utilizar o veículo até a

substituição dos componentes da direção elétrica, o que o obrigou a se valer de meios alternativos de transporte. Devido à falta de peças no estoque da fabricante, o reparo só foi concluído 45 dias após a entrega do carro à assistência técnica.

Em primeira instância, o magistrado afastou a responsabilidade da distribuidora de veículos e condenou a Ford a restituir ao cliente o valor de R\$ 55 mil, além de fixar em R\$ 5 mil a indenização por danos morais.

15 MAI 2018

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Falência leva à extinção de execuções suspensas na recuperação judicial, diz STJ

**A** certeza quanto à irreversibilidade da decisão que decretou a falência de uma empresa devedora permite que as ações de execução movidas contra ela, suspensas em razão do processo de recuperação judicial, sejam extintas.

Dessa forma, a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça manteve decisão do juízo de origem que extinguiu ações movidas pela Petrobras Distribuidora contra um posto de combustível e que estavam

suspensas em razão da recuperação.

No recurso rejeitado pelo STJ, a Petrobras Distribuidora alegou que os artigos 6º e 99 da Lei de Falência e Recuperação preconizam a suspensão dessas demandas, e não a extinção, como foi determinado pelo juízo competente.

Para a ministra Nancy Andrighi, relatora do recurso especial, a suspensão das execuções é determinação expressa em lei, mas, apesar desse fato, a extinção, nos li-

mites propostos no voto, não se revela incompatível com o ordenamento jurídico.

“Não se está propondo que tais processos devam ser extintos ab initio, ao invés de serem suspensos. O que se defende é que, após a formação de juízo de certeza acerca da irreversibilidade da decisão que decretou a quebra, não há sentido prático em manter as execuções individuais suspensas, ante a impossibilidade de seu sucesso”, fundamentou a relatora.

## Cargo de confiança também ganha em dobro se trabalhar no feriado

Ocupantes de cargos de confiança também têm direito a receber em dobro se trabalharem em fins de semana e feriados. Foi o que decidiu a 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao reconhecer o direito de consultor de empresa de Recife.

O pedido havia sido negado pelo primeiro grau e pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Ao negar provimento ao recurso ordinário do reclamante, o TRT registrou que o empregado

inserido na exceção do artigo 62, inciso II, da CLT (cargo de confiança) não tem direito à remuneração em dobro pela jornada cumprida nos domingos e feriados.

Ao examinar o caso, a relatora, ministra Delaíde Arantes, reformou a decisão desse juízo de segundo grau. Ela explicou que a jurisprudência do Tribunal Superior é no sentido de que o empregado enquadrado no artigo 62, inciso II, da CLT tem direito ao pagamento em dobro pelo trabalho feito

aos domingos e feriados.

A relatora destacou que o direito previsto nos artigos 7º, inciso XV, da Constituição da República e 1º da Lei 605/49, que dispõem sobre repouso semanal remunerado e pagamento de salário nos feriados, “é assegurado a todos os empregados indistintamente”. Para demonstrar esse entendimento, a ministra citou diversas decisões do TST, inclusive da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SBDI-1).

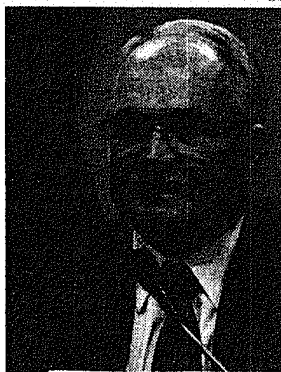
## Fachin terá escolta armada em Curitiba

O Supremo Tribunal Federal lançou um novo edital para a contratação de uma empresa a fim de fazer a escolta armada do ministro Luiz Edson Fachin (foto), relator da Operação Lava Jato, que tem residência em Curitiba. No fim de março, Fachin revelou, em entrevista ao jornalista Roberto D'Avila na GloboNews, que a família vinha recebendo ameaças e que ele estava preocupado. O ministro não especificou de quem ou de onde vêm as ameaças nem as relacionou a nenhum fato concreto.

O serviço de escolta ao ministro já é prestado. O contrato atual, com a empresa Betron Tecnologia em Segurança, se encerra em junho. A empresa a ser contratada prestará o serviço por mais 30 meses

– entre julho deste ano e dezembro de 2020. O custo estimado é de R\$ 1,61 milhão pelo serviço de segurança 24 horas.

O edital de pregão eletrônico foi lançado último dia 4 e informa que as empresas interessadas poderão apresentar propostas na próxima sexta-feira (18) por meio do site de compras governamentais do governo federal. ●



## STF abre edital para contratar escolta armada para Fachin

O Supremo Tribunal Federal (STF) publicou edital de licitação para contratar seis seguranças armados para atuarem na casa do ministro Edson Fachin, em Curitiba. O valor estimado da contratação é de R\$ 1,6 milhão para um período de 30 meses.

A medida foi tomada após o ministro relator da Lava Jato no STF ter revelado, em uma entrevista no fim de março, que ele e sua família têm recebido ameaças. Fachin, porém, não citou quais tipos de ameaças teria sofrido ou como teriam ocorrido.

No edital, estão descritas diversas atividades que os seguranças devem desempenhar, entre elas abordar visitantes, anotar as placas de veículos estranhos que permaneçam na rua de Fachin e proibir qualquer aglomerado de pessoas no local, bem como a deter "pessoas consideradas suspeitas". Os vigilantes devem estar armados com revólveres calibre .380.

## BEMPARANÁ

### Segurança armada para Fachin em Curitiba

O Supremo Tribunal Federal (STF) publicou edital de licitação para contratar seis seguranças armados para atuarem na casa do ministro Edson Fachin, em Curitiba. O valor estimado da contratação é de R\$ 1,6 milhão para um período de 30 meses. A medida foi tomada após o ministro relator da Lava Jato no STF ter revelado, em uma entrevista no fim de março, que ele e sua família têm recebido ameaças. Fachin, porém, não citou quais tipos de ameaças teria sofrido ou como teriam ocorrido. No edital, estão descritas diversas atividades que os seguranças devem desempenhar, entre elas abordar visitantes, anotar as placas de veículos estranhos que permaneçam na rua de Fachin e proibir qualquer aglomerado de pessoas no local, bem como a deter "pessoas consideradas suspeitas". Os vigilantes devem estar armados com revólveres calibre .380. A licitação prevê que os serviços sejam prestados a partir de 1º de julho deste ano até 31 de dezembro de 2020.

15 MAI 2018

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Moro condena ex-diretor da Petrobras e mais onze

Investigados foram alvo da 31ª fase da Operação Lava Jato

O juiz federal Sérgio Moro condenou o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque e o ex-executivo da construtora OAS, José Aldemário Pinheiro Filho, conhecido como Léo Pinheiro pelos crimes de corrupção passiva e ativa, respectivamente, em um processo da Lava Jato. O ex-tesoureiro do PT Paulo Adalberto Alves Ferreira também foi condenado a 9 anos e 10 meses em regime fechado pelos crimes de lavagem de dinheiro e associação criminosa. É a primeira condenação dele pela Lava Jato.

Duque foi condenado a dois anos e oito meses em regime semiaberto e Pinheiro a dois anos e seis meses em regime aberto. Outros 10 réus também foram condenados no processo.

Os investigados foram alvo da 31ª fase da Lava Jato, batizada de Abismo, e que foi deflagrada em julho de 2016. A ação investiga crimes de organização criminosa, cartel, fraudes licitatórias, corrupção e lavagem de dinheiro por meio de contratos da Petrobras. ■

## Triplex vai a leilão hoje, sem ter interessados

Faltando um dia para o leilão do triplex em Guarujá (SP), atribuído pelo Ministério Público Federal (MPF) ao ex-presidente Lula, o imóvel não recebeu nenhum lance. O prazo para a apresentação das propostas termina às 14h de hoje (15). O apartamento foi avaliado pela Justiça em R\$ 2,2 milhões.

A segunda data para tentar vender o apartamento está marcada para 22 de maio, no mesmo horário, com valor mínimo de 80% do valor de avaliação.

De acordo com a Marangoni Leilões, responsável por conduzir o leilão, caso não haja lances registrados no segundo prazo, o juiz federal Sergio Moro – responsável pelos processos da Lava Jato na primeira instância – é quem determina o que será feito. ■

15 MAI 2018

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Delator da Quadro Negro faz acusações a Richa

Trechos do interrogatório do dono da construtora Valor, Eduardo Lopes de Souza, principal delator da Operação Quadro Negro, foram divulgados ontem. A investigação apura desvios de R\$ 20 milhões da construção e reforma de escolas estaduais. No depoimento, prestado na semana passada, o delator explicou como funcionava o esquema de desvios e revelou nomes de políticos que, segundo ele, se beneficiaram da fraude.

O processo, que tramita na Justiça Estadual, está na fase de novos interrogatórios de parte dos réus. A Justiça diz esperar agora mais um depoimento do ex-diretor da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (Seed) Maurício Fanini, que está preso em Brasília.

O dono da construtora também afirmou que chegou a dar dinheiro, em 2014, para ajudar em campanhas futuras do ex-governador Beto Richa (PSDB), do irmão dele e ex-secretário de Infraestrutura e Logística, Pepe Richa, e do filho Marcello Richa. ■

15 MAI 2018

## JORNAL DO ÔNIBUS

### **MPP pede novamente a prisão de Paulo Preto**

A procuradora federal Adriana Scordamaglia apresentou ontem um novo pedido de prisão preventiva contra Paulo Vieira de Souza, ex-diretor da Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S/A), conhecido como Paulo Preto. Ele foi preso pela Polícia Federal em abril deste ano por desvios em obras do Rodoanel em São Paulo. O ex-diretor atuou em gestões do PSDB no governo paulista. No entanto, na sexta-feira (12), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes concedeu um habeas corpus e Paulo Preto foi solto.

A procuradora decidiu pedir nova prisão para Paulo Preto porque ele não compareceu hoje a uma audiência do processo que seria realizada na 5ª Vara Federal Criminal em São Paulo. ■

### **Julgamento de Meurer**

A Procuradoria Geral da República (PGR) reforçou ontem um pedido para que a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condene o deputado federal Nelson Meurer (PP-PR) e dois filhos dele pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O julgamento está marcado para esta terça-feira (15). Esta é a primeira ação da Lava Jato que será julgada no STF e a primeira que pode levar à condenação de um político com foro privilegiado por envolvimento em fraudes na Petrobras.

### **Caças suecos**

O juiz da 10ª Vara da Justiça Federal em Brasília, Vallisney de Oliveira, negou pedido da defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pretendia adiar um interrogatório marcado para o próximo dia 21 de junho. Lula será ouvido no processo da Operação Zelotes, que apura irregularidades na compra de caças suecos durante o governo Dilma Rousseff. Ele é réu junto com o filho Luís Cláudio Lula da Silva. O ex-presidente responde às acusações de tráfico de influência, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

15 MAI 2018

FOLHA DE S. PAULO

# STF dá um passo na análise do ganho real da aposentadoria acima do mínimo

Tribunal determina que decisão, quando for tomada, será de "repercussão geral", para todos os casos

Clayton Castelani

SÃO PAULO O STF (Supremo Tribunal Federal) irá decidir se os benefícios do INSS podem ser revisados para receber reajustes anuais iguais aos aplicados ao salário mínimo, quando essa alternativa for a mais vantajosa para o segurado.

Submetido ao plenário virtual pelo relator, ministro Marco Aurélio, o recurso extraordinário que trata do tema teve reconhecida o que juridicamente se chama de repercussão geral.

Ou seja, a decisão, quando for tomada, terá efeito sobre todas os processos com a mesma finalidade.

Ainda não há data prevista para o julgamento que vai avaliar o tema, segundo informou ontem o STF.

Atualmente, existem duas regras para reajuste dos benefícios da Previdência Social. Para quem recebe mais do que um salário mínimo, a legislação determina a reposição da inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). É uma alternativa para manter o poder de compra dos beneficiários.

Para aqueles que ganham o salário mínimo, que corresponde ao piso dos benefícios, deve ser aplicada regra

que dá reajuste real.

No caso do salário mínimo, o aumento anual leva em conta a inflação medida pelo INPC do ano mais o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes.

Como aumento do mínimo foi mais vantajoso nos anos de crescimento econômico, aposentadorias e pensões acima do piso tiveram correções menores.

Desde 2003, por exemplo, quando o país ingressou num período de crescimento, o salário mínimo, por causa de sua regra de reajuste, acumulou um ganho de quase 80% segundo cálculo do do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Quem ganha benefício acima do mínimo e segue outra regra, tem resultado oposto. Desde de julho de 1994, quando o real passou a ser a moeda do país, beneficiários do INSS que ganham mais do que o piso viram sua renda perder 53% do valor, quando comparada ao salário mínimo, de acordo com o especialista em cálculos previdenciários Newton Conde.

Para Conde, porém, isso não significa que houve desvalorização dessas aposentadorias.

"O benefício do INSS não está achatado, pelo contrário, se comparamos com o IPCA, que é a inflação oficial,

teve um ganho real de 18,6%", afirma. Uma decisão favorável à correção mais vantajosa a todos os benefícios teria impacto "desastroso nas contas públicas", diz.

A decisão do Supremo de discutir o melhor reajuste para os benefícios é importante para aposentados e pensionistas, mas ainda não é hora de comemorar, diz o presidente do Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários), Roberto de Carvalho Santos. O principal argumento a favor da revisão é regra que determina ao INSS o pagamento do melhor benefício ao qual o segurado tem direito. "É frágil", afirma.



15 MAI 2018

# FOLHA DE S. PAULO

## Caso de Paulo Bernardo deve sair de SP e ir ao STF

José Marques

**SÃO PAULO** O braço da Lava Jato mais adiantado na Justiça Federal de São Paulo pode perder o seu principal réu, o ex-ministro Paulo Bernardo, para o Supremo Tribunal Federal.

Na última semana, o Ministério Público Federal de São Paulo se manifestou pelo envio dos autos que estão na 6ª Vara Federal, relativos à Operação Custo Brasil, ao STF. Esse entendimento, de que o processo não deve continuar no estado, une a Procuradoria e a defesa do ex-ministro.

Para os procuradores, a validade da ação pode ser questionada a qualquer momento pelo STF, já que uma denúncia apresentada pela PGR (Procuradoria-Geral da República) no ano passado trata dos mesmos temas do processo que corre em São Paulo.

A denúncia em questão é a do “quadrilhão do PT”, apresentada em setembro do ano passado pelo então procurador-geral Rodrigo Janot. Entre outras acusações, relata suposto esquema de superfaturamento em um serviço de crédito consignado de funcionários públicos federais — tema central da Custo Brasil.

Desde o início do processo, os advogados de Paulo Bernardo também querem levar o processo ao Supremo. Segundo eles, a Justiça de São Paulo “usurpou a competência do STF”.

No entanto, a advogada Veronica Šterman disse que não teve acesso à nova manifestação da Procuradoria. Também não havia decisão judicial sobre o envio do processo até o fim da sexta (11).

Paulo Bernardo comandou ministérios nos governos Dilma e Lula e responde pelas

acusações de organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção no âmbito da Custo Brasil, que foi um desdobramento da Pixuleco 2, a 18ª fase da Lava Jato.

A defesa nega ele tenha cometido irregularidades.

O esquema foi delatado pelo ex-vereador Alexandre Romano, o Chambinho, de Americana (SP).

No Supremo, Bernardo e sua mulher, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), já são réus por corrupção e lavagem de dinheiro. Na denúncia do quadrilhão do PT eles estão sob suspeita de participarem de organização criminosa — Dilma e Lula também foram denunciadas, mas a acusação foi repartida e as menções aos ex-presidentes foram enviadas pelo ministro Edson Fachin à Justiça Federal do Distrito Federal.

Em Curitiba, quando era Pixuleco 2, e depois, como Custo Brasil, a operação contra Bernardo sempre teve dificuldades em avançar.

Em setembro de 2015, um mês após a Pixuleco 2 ser deflagrada, o STF decidiu retirar parte do processo do juiz Sérgio Moro e o dividiu entre o ministro Dias Toffoli (para pessoas com foro no Supremo) e a Justiça Federal de São Paulo.

Quando a Custo Brasil nasceu, era composta por uma mini-força-tarefa de quatro procuradores.

Hoje, só restam dois. Nenhum deles faz parte da força-tarefa oficial da Lava Jato em São Paulo, criada posteriormente e que cuida de processos ligados à Odebrecht.

Na Justiça, os processos de Paulo Bernardo encontraram dificuldades incomuns. Até agosto de 2017, dois juízes disputavam a responsabilidade sobre as ações da Custo Brasil.

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região, então, decidiu que eles ficariam com o juiz substituto Diego Paes Moreira.

Para evitar a anulação do processo, que já estava em andamento, o juiz teve que refazer os depoimentos das testemunhas de acusação que já haviam sido escutadas.

Todos esses procedimentos alongaram o andamento processual. Em abril, após questionamentos sobre a situação de Paulo Bernardo como processado em dois tribunais, o magistrado decidiu repartir o processo, que tinha 13 réus, em dois.

De um lado, ficaram 12 réus, inclusive Chambinho e o extesoureiro do PT João Vaccari Neto. Do outro, o ex-ministro.

**Desde sua origem, Custo Brasil fez vaivém de juízes e tribunais**

**ago.2015** A Operação Lava Jato do Paraná deflagra a Operação Pixuleco 2, que mira pessoas ligadas ao ex-ministro do Planejamento Paulo Bernardo. O ex-vereador Alexandre Romano, de Americana (SP), é preso. Mais tarde ele se torna o delator que originou a Custo Brasil

**jun.2016** Paulo Bernardo é preso na Operação Custo Brasil, desdobramento da Pixuleco 2 em São Paulo. Em agosto, ele é denunciado sob acusação de corrupção, lavagem de dinheiro e pertencer a organização criminosa

**set.2017** Os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff e os ex-ministros Gleisi Hoffmann e Antonio Palocci, entre outras pessoas, são denunciados pela Procuradoria-Geral da República por organização criminosa

**abr.2018** Paulo Bernardo é retirado do maior processo da Custo Brasil, depois que sua defesa questiona ao Supremo Tribunal Federal o porquê de ele ser réu pelos mesmos fatos em dois órgãos da Justiça diferentes

15 MAI 2018

# FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

## Entre quatro paredes

O novo pedido de prisão feito nesta segunda (14) pelo Ministério Público Federal contra Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, alarmou a família do engenheiro, que deixou a penitenciária de Tremembé na última sexta (11). O ex-diretor da Dersa ouviu parentes dizerem que “não têm estrutura” para suportar novo encarceramento. O fato de a filha dele também ser ré no caso que o levou para trás das grades agrava o drama domiciliar. O PSDB, partido ao qual ele é ligado, não descarta uma delação.

**TIRO DE AVISO** A mais recente ofensiva do MPF foi noticiada por Mônica Bergamo, colunista da Folha. A procuradora decidiu agir depois de ele não ter comparecido a uma audiência do caso que corre no estado, no qual é acusado de desvios em obras do Rodoanel.

**VI E OUVI** A procuradora que estava na audiência desta segunda avisou ainda durante a reunião que faria um segundo pedido de prisão. A filha de Paulo Vieira de Souza estava no local e testemunhou a fala.

**APENA...** O caso que levou Vieira à prisão não é o de maior potencial ofensivo ao tucanato. A investigação que corre no estado acusa o suposto operador do PSDB de desviar R\$ 7,7 milhões do Rodoanel.

**...E A GALINHA** No Supremo, há um outro inquérito. Este investiga a origem de R\$ 113 milhões encontrados em contas dele na Suíça. Ele é acusado de ser operador do PSDB.

## PAINEL DO LEITOR

### Cartórios

A reportagem “Cartórios e TJ resistem à duplicata eletrônica” (Mercado, 12/5) traz um viés tendencioso de ataque ao setor cartorial ao não explicar que não há obrigatoriedade de apresentação de duplicatas para registro (apenas 2% são levadas a registro) e que os cartórios já prestam informações gratuitas sobre a inadimplência de pessoas físicas e jurídicas e ao omitir proposta levada pelo setor de tornar a cobrança pelo protesto gratuita.

**Claudio Marçal Freire**, presidente da Anoreg (Associação dos Notários e Registradores do Brasil)

## MÔNICA BERGAMO

**ENCALHOU** O prazo para lances no leilão do triplex de Lula ordenado por Sergio Moro se encerra nesta terça (15).

Nenhuma proposta de compra havia sido feita até a noite de segunda (14).

**NO BOLSO** O jornalista Claudio Dantas, do site “O Antagonista”, está obrigado a doar 30 cestas básicas para a Casa da Mãe Preta do Brasil, em Brasília. Ele assinou há alguns dias um acordo judicial com o ministro Gilmar Mendes, do STF, que o processava por danos morais: o repórter tinha divulgado o número do celular do magistrado no Twitter.

**FINAL FELIZ** No acordo celebrado, Gilmar Mendes “concorda” com a doação e “a tem como recomposição dos danos morais que entende haver sofrido”. A ação foi encerrada.

**ARQUIVO** O procurador-geral de Justiça de SP, Gianpaolo Poggio Smanio, determinou o arquivamento de inquérito contra o governador Márcio França (PSB). Ele era investigado sob suspeita de participação em um esquema de fraude em licitações e superfaturamento de contratos na Codesp, estatal que administra o Porto de Santos.

**ARQUIVO 2** Como assumiu o governo de SP, o processo de França foi enviado para a Procuradoria-Geral em abril, a quem cabe investigar o governador do estado. Smanio encaminhou o pedido de arquivamento ao Conselho Superior do Ministério Público, que pode decidir pela homologação ou por fazer novas exigências de investigação.

**ARQUIVO 3** “O PGJ promoveu o arquivamento parcial do inquérito civil porque não há indícios da participação do governador Márcio França nos fatos analisados”, diz a assessoria de imprensa do Ministério Público estadual.

15 MAI 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### Moro condena ex-tesoureiro do PT Paulo Ferreira

CURITIBA O juiz Sergio Moro condenou 13 réus por fraude na licitação para a ampliação do Centro de Pesquisas da Petrobras, no Rio, envolvendo o pagamento de mais de R\$ 20 milhões em propina. Entre eles, estão Paulo Ferreira, ex-tesoureiro do PT, Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS, e Renato Duque, ex-diretor da Petrobras.

Ferreira foi condenado a 9 anos e 10 meses por lavagem de dinheiro e associação criminosa.

Pinheiro e Duque foram condenados, por corrupção, a 2 anos e 6 meses e 5 anos e 4 meses, respectivamente.

A defesa de Duque não se manifestou. A reportagem não conseguiu contato com os demais condenados.

### Procuradora pede nova prisão de Paulo Preto

SÃO PAULO A procuradora Adriana Scordamaglia apresentou novo pedido de prisão preventiva contra Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto e suspeito de ser operador financeiro do PSDB.

Ela fez o pedido depois de constatar que o engenheiro, que foi solto na semana passada por meio de habeas corpus concedido pelo Supremo, não apareceria em uma audiência do processo nesta segunda (14).

A defesa diz que Souza não compareceu porque o STF determinou que a juíza Maria Isabel do Prado não iniciasse a instrução processual antes de conhecer os argumentos da defesa que pedem a absolvição sumária do acusado.

15 MAI 2018

# FOLHA DE LONDRINA

# PR lidera ranking de exploração sexual infantil em rodovias

Mapeamento da PRF e da Childhood Brasil  
identificou 299 pontos vulneráveis em trechos de  
BRs que cortam o Estado

Simoni Saris  
Reportagem Local

**O** Paraná é o Estado brasileiro com maior número de pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais. Dos 2.487 pontos identificados no País, 299 estão em território paranaense. Os dados fazem parte do Mapear, estudo realizado pela PRF (Polícia Rodoviária Federal) em parceria com a Oscip Childhood Brasil, que foram divulgados nesta segunda-feira (14). O sétimo levantamento, que compreende o biênio de 2017/2018, aponta um aumento de 40% no número de pontos no Paraná na comparação com o estudo anterior, referente a 2013/2014. Há quatro anos, o Estado aparecia com 179 pontos, na terceira colocação nacional.

O Sul também está entre as três regiões do País onde foi registrado aumento no número de pontos de vulnerabilidade. A maior alta foi observada na Região Norte, que passou de 160 pontos em 2013/2014 para 404 pontos em 2017/2018,

o que representa um acréscimo de 152%. Na sequência, vêm as regiões Nordeste (de 475 para 644) e Sul (de 448 para 575), com altas de 35% e 28%, respectivamente. O aumento se deu, principalmente, nos pontos classificados como de média e baixa criticidade. Na Região Sudeste houve uma estabilização no número de pontos e leve redução na Região Centro-Oeste.

A PRF no Paraná justifica o aumento com o argumento de que a alta aconteceu em razão de um maior comprometimento da superintendência regional. "O que ocorreu no Paraná ocorreu em outros 17 Estados e se deu pelo maior engajamento das superintendências regionais em mapear, de forma mais eficiente, os pontos informados no relatório", afirmou. A corporação destacou ainda que o aumento foi observado nos pontos avaliados como de média e baixa criticidade.

As rodovias federais que cortam o Paraná e nas quais estão os pontos de vulnerabilidade detectados não foram

informadas pela PRF sob a alegação de que é necessário evitar um alerta aos infratores e também um "ranking discriminatório entre as regiões, possibilitando o direcionamento das ações para a união de esforços da rede de proteção".

## BRASIL

No Brasil, 489 pontos foram classificados como críticos, 653 foram considerados de alto risco, 776 de médio risco e 569 de risco baixo, totalizando 2.487 pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes. O número final representa alta de 20% na comparação com o biênio 2013/2014, mas segundo a PRF e a Childhood Brasil, houve queda significativa dos pontos críticos, onde é maior a possibilidade de ocorrência de exploração sexual de crianças e adolescentes. Do biênio anterior para este, foram computados 77 pontos a menos, uma redução de aproximadamente 14%. Na comparação com o biênio de 2009/2010, a redução é ainda maior, com queda de 435 pontos ou 47%.

**CONTINUA**

15 MAI 2018

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

No quesito “pontos críticos”, o Ceará aparece em primeiro lugar. No biênio 2013/2014 o Estado tinha 14 pontos críticos e não figurava entre os dez primeiros. Agora, são 81 pontos. Nesse ranking, o Paraná aparece na quinta colocação, com 29 pontos críticos.

A redução na quantidade de pontos críticos, no entanto, não pode ser analisada como uma diminuição do problema da exploração sexual. As ações de prevenção e repressão adotadas pela PRF contribuíram para a queda, mas observou-se também uma migração dos pontos, fora da área de atuação dos policiais rodoviários federais e das ações coercitivas. “Notamos que com a maior identificação e atuação nos pontos vulneráveis, aliando a repressão com campanhas preventivas e educativas incentivando o uso do Disque 100, houve a ‘interiorização’ dos ambientes suscetíveis à exploração que agora estão se instalando em rodovias estaduais e isso traz uma urgência para a transferência da metodologia do Mapear às Polícias Rodoviárias dos Estados mais críticos”, disse a gerente de Programas e Relações Empresariais da Childhood Brasil, Eva Dengler, por meio de nota enviada pela assessoria de imprensa.

## MULTIFATORIAL

O Mapear afirma que a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias é um fenômeno multifatorial e está relacionada ao consumo de drogas lícitas e ilícitas, à prostituição de adultos e à grande rotatividade nos pontos de parada. A publicação destaca que o conjunto dessas características favorece a ocorrência de diversas práticas ilícitas, entre elas a exploração sexual de crianças e adolescentes.

A publicação aponta também os fatores de influência na determinação de pontos de vulnerabilidade, que são a prostituição de adultos, a presença de caminhoneiros, o consumo de bebidas alcoólicas, a aglomeração ou estacionamento de veículos, a existência ou não de iluminação e a falta de vigilância. Segundo o levantamento, as áreas próximas a rodovias federais onde estão localizados postos de combustíveis, bares, casas de show, pontos de alimentação e de hospedagem são os locais mais vulneráveis.

CONTINUA

## Mapeamento é feito há 14 anos

O mapeamento dos pontos vulneráveis pela PRF (Polícia Rodoviária Federal) começou em 2004, um ano depois de o governo federal definir como prioridade o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. A partir de 2009, os pontos vulneráveis identificados passaram a ser classificados em quatro níveis: baixo risco, médio, alto e crítico.

De 2005 até hoje, a PRF retirou de locais de risco em rodovias e estradas federais um total de 4.766 crianças e adolescentes vulneráveis. As ações são planejadas e executadas de

acordo com o grau de vulnerabilidade, que acaba determinando a forma e a urgência das respostas.

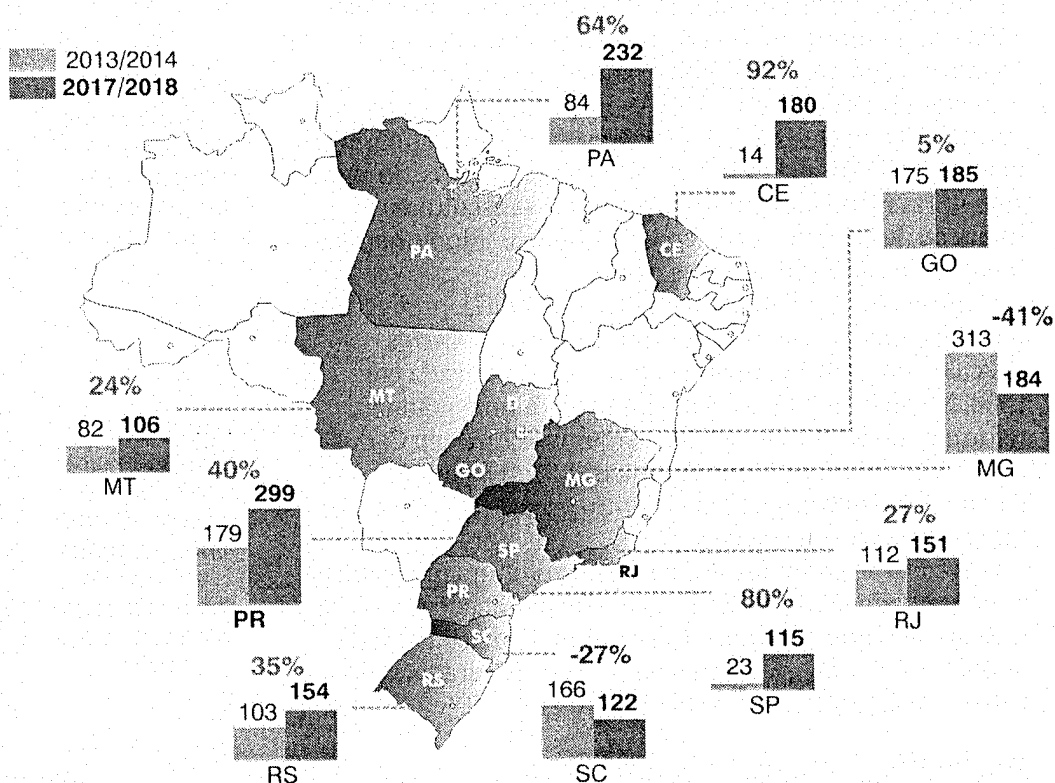
A parceria com a Childhood Brasil no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias federais começou em 2009, por meio do Programa Na Mão Certa. A Oscip, criada em 1999 pela rainha Silvia da Suécia, contribui com a PRF na articulação intersetorial (governo, empresas e sociedade civil), com a capacitação do efetivo policial e disponibilização de material didático e de comunicação para divulgação do trabalho de enfrentamento do problema.

Além da Childhood Brasil, o Mapear também conta com a parceria permanente da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos, Secretaria da Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Ministério Público do Trabalho.

O levantamento, ressalta a PRF, é um norteador de políticas públicas e privadas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes. A corporação destaca ainda que qualquer cidadão que identificar uma situação suspeita pode denunciar pelo Disque 100 ou por meio do aplicativo Proteja Brasil. (S.S.)

### RANKING

Estados com maior número de pontos vulneráveis



15 MAI 2018

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### Ministro ameaçado

O Supremo Tribunal Federal publicou edital de licitação para contratar seis seguranças armados para atuarem na casa do ministro Edson Fachin, em Curitiba. O valor estimado da contratação é de R\$ 1,6 milhão para um período de 30 meses. A medida foi tomada após o ministro relator da Lava Jato no STF ter revelado, em uma entrevista no fim de março, que ele e sua família têm recebido ameaças. Fachin, porém, não citou quais tipos de ameaças teria sofrido ou como teriam ocorrido.

### MILITÃO

#### Três noites de palestras para jovens advogados!

O Núcleo OAB Jovem promoverá entre amanhã e o dia 18 o 14º Encontro dos Jovens Advogados de Londrina e Região. Será na sede da subseção da Ordem, com almoço de encerramento, dia 19, no recanto Dá Licença. Serão três noites de palestras, de interesse dos profissionais em geral, mas em especial para aqueles que ingressaram na profissão há pouco tempo. As palestras terão início sempre às 19h30. A primeira será do professor e jurista José Miguel Garcia Medinca, que abordará o tema "A tipicidade das medidas executivas no processo civil". Ainda na primeira noite, a advogada Valéria Medina falará sobre "Efeitos jurídicos práticos da multiparentalidade e parentalidade socioafetiva". Na segunda noite, os temas em discussão serão "Usucapião extrajudicial", com o juiz Alerto Gentil de Almeida, do estado de São Paulo, e "A constitucionalidade ou não da execução da pena em segunda instância", com o advogado Augusto Arruda Botelho e o procurador Leonir Batisti. Na terceira e última noite, palestra com o desembargador do TRT do PR, José Cássio Colombo, que falará sobre "A aplicabilidade prática da lei 13.429-2017 - a terceirização."

# **GAZETA DO POVO 15 MAI 2018**

## **Quadro Negro financeira caixa 2 de Richa, do filho e do irmão em 2018, diz delator**

**Dono da Valor Construtora disse em depoimento à 9ª Vara Criminal de Curitiba que mesada acordada foi de R\$ 100 mil, já a partir de janeiro de 2015**

Principal delator da Quadro Negro, o dono da Valor Construtora, Eduardo Lopes de Souza, disse em audiência na 9ª Vara Criminal de Curitiba, na semana passada, que o esquema de desvios de escolas estaduais investigados pela operação também abasteceria a campanha do ex-governador Beto Richa (PSDB) ao Senado. O vídeo do depoimento foi divulgado na noite desta segunda-feira (14), pela *RPC TV*.

Segundo o empreiteiro, o ex-diretor da Secretaria de Estado da Educação (Seed) Maurício Fanini o interpelou em 2015, logo após a reeleição de Richa ao governo, cobrando mesadas de R\$ 100 mil para abastecer, via caixa 2, gastos de campanha do tucano em 2018 para o Senado. O fundo ajudaria a financiar também as campanhas do irmão e do filho de Beto – Pepe e Marcello Richa –, que se candidatariam, respectivamente, a deputado federal e a deputado estadual.

“Mas já, cara?”, foi a pergunta que Lopes de Souza diz ter feito a Fanini. “É, R\$ 100 mil por mês. Vai ser ele senador, o Pepe e o Marcello”, teria sido a resposta, segundo o empreiteiro.

De acordo com o delator, o pagamento da mesada teria sido feito diretamente a Fanini por quatro ou cinco meses, até ele ser exonerado do cargo. Pouco depois, as fraudes na Seed

**CONTINUA**



foram descobertas e a operação Quadro Negro foi deflagrada. Até agora, o Ministério Público Estadual (MP-PR) apontou que os desvios passam de R\$ 20 milhões.

À Justiça, Lopes de Souza afirmou ainda que Richa tinha sido avisado por Fanini da “ajuda” que a Valor vinha dando à campanha dele em 2014. Durante uma partida de tênis, ao ser informado pelo então diretor da Seed de que havia três empresas no esquema, o tucano teria questionado: “São de confiança?”. Ao receber uma resposta afirmativa, teria devolvido: “Então, ok, pode fazer”.

À *RPC TV*, Beto Richa disse que “são falsas as informações prestadas por um criminoso confesso que não tem fundamentos ou provas”; e que determinou investigações quando soube das irregularidades. Marcello Richa afirmou que as acusações do delator são inverídicas e sem provas. Pepe Richa não foi localizado.

## **Novo interrogatório**

No novo interrogatório do principal processo da Quadro Negro, Lopes de Souza falou pela primeira vez na condição de delator à Justiça Estadual. Até então, ele vinha sendo ouvido apenas como réu e, por isso, não havia detalhado com tantas minúcias o esquema que desviou recursos de escolas do estado. O processo corre em segredo de Justiça e tem 15 réus ao todo.

Além do empreiteiro, que falou por cerca de cinco horas, também prestaram depoimento ao longo da semana, o filho dele, Gustavo, e a irmã, Viviane. Os três já tinham sido ouvidos no processo, mas não haviam respondido a todas as perguntas. Depois, no final do ano passado, Lopes de Souza fechou um acordo de colaboração premiada, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e passou a ajudar nas investigações – daí os interrogatórios.

Agora, somente um réu precisa ser ouvido no caso, o ex-diretor da Seed Maurício Fanini, preso em Brasília. Ele será ouvido por carta precatória. Fanini aguarda a homologação do seu acordo de colaboração premiada pelo STF.